



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.002074/2022-25

Histórico de revisões

Data	Versão	Descrição	Autor(es)
05/08/2022	1.0	Finalização da 1ª versão do documento	Equipe de Planejamento da Contratação
06/09/2022	1.1	Finalização da versão revisada do documento seguindo recomendações propostas pela PFE-ANM/PGF/AGU no Parecer n. 00175/2022 (doc. SEI <a href="#">4834562</a> )	Equipe de Planejamento da Contratação

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de subscrição de licenças de *software* para colaboração e produtividade, aplicativos de negócio, plataforma de desenvolvimento e ambiente de trabalho seguro, destinados aos usuários, equipamentos e servidores de rede da Agência Nacional de Mineração (ANM) na modalidade Microsoft Enterprise Agreement Subscription (EAS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente documento.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A solução de TIC proposta trata da contratação de subscrição de licenças de *software*, aplicativos e sistemas operacionais da fabricante Microsoft no modelo EAS (*Enterprise Agreement Subscription*). Este modelo de contrato é projetado para organizações que desejam licenciar *software* e serviços daquele fabricante por um período mínimo de três anos na modalidade de subscrição.

2.2. O Contrato *Enterprise* oferece economias no valor da contratação, além da flexibilidade no pagamento, pois permite o parcelamento em três vezes anuais em vez de um único pagamento inicial. Recentemente a Administração Pública Federal realizou contratos na modalidade Enterprise com pagamento anual. Isso ajuda a reduzir custos iniciais e ajuda a prever o orçamento anual de necessidades de *software* com até três anos de antecedência. Além deste ponto, cabe destacar também o Acordo Corporativo firmado em Microsoft e Secretaria de Governo Digital – SGD, o qual garante um desconto exclusivo para contratações na Administração Pública Federal nesta modalidade contratual.

2.3. Na tabela a seguir estão descritos, de forma resumida, os bens e serviços que serão adquiridos através do presente processo de contratação.

2.4. Os produtos de *software* e quantitativos de licenças foram obtidos a partir do levantamento realizado durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETPC), documento que descreveu as análises realizadas e que demonstrou a viabilidade da contratação pretendida.

2.5. Bens e serviços que compõem a solução

GRUPO 1 - Suítes de escritório para colaboração e produtividade						
Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD*	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Quant. Meses
1	O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10842	MS.3.0-A0874	Office 365 E3	1300	36
2	O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SY9-00004	MS.3.0-A1722	Office 365 E5	30	36
3	EntMobandSecE3Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10732	MS.3.0-A0853	Add-on Enterprise Mobility + Security E3	1330	36
GRUPO 2 - Sistemas Operacionais de Servidores, Portfólios e Projetos, Plataformas de Dados e Inteligência de Negócio						
Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD*	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Quant. Meses
4	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL	9GA-	MS.3.0-	CIS Standard Core	284	36

	2Lic CoreLic	00006	A0637	(Windows Server + System Center)		
5	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GS-00495	MS.3.0-A0755	CIS Datacenter Core (Windows Server + System Center)	236	36
6	Project Plan3 Shared All Lng Subs VL MVL Per User	7LS-00002	MS.3.0-A0478	Microsoft Project Plano 3	10	36
7	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	MX3-00115	MS.3.0-A1473	Visual Studio Enterprise MSDN	3	36
8	VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	N9U-00002	MS.3.0-A1497	Visio Plan 2	5	36
9	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7JQ-00341	MS.3.0-A0459	SQL Server Enterprise Core	20	36
10	Power BI Premium USL SubVL Per User	68B-00008	MS.3.0-A0284	Power BI Premium	15	36
11	PwrAtmtperusrRPAPIn ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	10A-00001	MS.3.0-A0069	Power Automate com automação de processo robótico por usuário	5	36
12	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SEJ-00002	MS.3.0-A1702	Power Apps	2	36

**Tabela 1**

2.6. As características técnicas mínimas para cada um dos itens identificados na tabela acima, nos quais houver, estarão contidas no tópico "4.8 - Requisitos de arquitetura tecnológica" e seus respectivos subtópicos.

2.7. (\*) A coluna "Id. Catálogo SGD" foi baseada no Catálogo de Soluções de TIC com condições padronizadas (MICROSOFT) - VERSÃO 3.0.0.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Agência Nacional de Mineração – ANM, para bem cumprir seu papel institucional, mantém em constante modernização seus serviços de tecnologia, o que passa pela contínua estruturação do parque de *hardware* da Autarquia e pela adoção de soluções baseadas em *software* que possam entregar serviços que facilitem o dia a dia de suas áreas administrativas e negociais, sempre incrementando a segurança e a disponibilidade das informações que trafegam na sua rede de dados, consoante aos normativos da Coordenação-Geral de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações – CGSIC do Departamento de Segurança da Informação – DSI do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e as diretrizes da Secretaria de Governo Digital – SGD do Ministério da Economia – ME, além de manter o *datacenter* (sala-cofre) em perfeito funcionamento, assegurando soluções tecnológicas a todas as áreas da ANM, alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição, dentre os quais, prover infraestrutura para os serviços de tecnologia da informação.

3.2. Como explanado em maior detalhe no ETPC, durante a época que precedeu à criação da ANM (2017), o ora extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ao longo dos anos, investiu e construiu todo um conjunto de soluções de TIC, destinadas tanto à operação da infraestrutura do órgão quanto aos sistemas voltados ao fluxo de trabalho e às entregas finalísticas da autarquia, em torno de um conjunto de ferramentas de *software* baseadas em tecnologias fornecidas pela Microsoft, tendo padronizado a maioria das soluções tecnológicas da Agência em torno de um ecossistema proveniente desse fabricante. A ANM, por ser sucessora dos direitos, obrigações e patrimônio do DNPM, herdou todo o fruto desse trabalho e investimento, tendo dado continuidade à adoção da plataforma de produtos Microsoft nos anos que se seguiram.

3.3. Nesse sentido, desde a instalação da Agência (2018), firmou-se o Contrato ANM nº 15/2019 (doc. SEI [0461944](#)), que atualizou o rol de tecnologias e de serviços na solução de TIC Microsoft e inovou o modelo de contratação de licenças, passando a ANM a contar com serviços providos em nuvem (*cloud*) e a utilizar licenças por subscrição (assinatura periódica, no modelo de Software como Serviço - *Software as a Service*), adotando a modalidade EAS, a qual oferece vantajosidade e economicidade para a Administração, como destacado no ETPC. Com o final da vigência do Contrato ANM nº 15/2019, em março de 2022, foi efetivado novo Contrato ANM nº 10/2022 (doc. SEI [4060285](#)), o qual se encontra vigente e dispõe do mesmo objeto do contrato anterior, porém pelo período de 180 dias (até novembro de 2022), mantendo a modalidade EAS de contratação.

3.4. Atualmente, a ANM fornece os seguintes serviços, os quais compõem macro requisitos de negócio que estão diretamente acoplados ou suportados pelos produtos e serviços providos pela solução de TIC fornecida pela fabricante Microsoft:

- Sustentação da carteira de sistemas de *software* voltados aos usuários externos e internos, finalísticos, de missão crítica ou vitais para a administração pública e para entrega dos serviços da Agência à sociedade;
- Desenvolvimento de novos sistemas baseados em *software*, elaboração e acompanhamento de projetos, diagramação e modelagem informacional, atendendo às demandas finalísticas e potencializando eficiência e inovação;
- Tráfego eficiente e guarda segura do alto volume de dados da Agência, além de adoção de ferramentas de tratamento e visualização analítica desses dados, garantindo ao mesmo tempo a solidez informacional da ANM e potencializando a missão estratégica do órgão;
- Integração digital da ANM em escala nacional, através da sustentação da rede computacional corporativa interconectada com presença em todos os estados da federação;
- Pleno funcionamento do parque computacional;
- Comunicações (Internet, mensageria, multimídia, teleconferência, videoconferência) internas e externas, além de produção documental e audiovisual digitais, colaboração, armazenamento e compartilhamento com ampla disponibilidade (nuvem).

3.5. Nesse sentido, conforme disposto no ETPC, os macro requisitos tecnológicos considerados necessários para a solução mais adequada são, resumidamente, os seguintes:

- Possibilitar o pleno funcionamento dos servidores de rede e do *datacenter* da ANM - Microsoft Windows Server e Microsoft System Center;
- Fornecer os Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados (SGBDs) da ANM - Microsoft SQL Server;
- Fornecer suíte de colaboração e produtividade de escritório, incluída plataforma de comunicação unificada e agregada funcionalidades de mobilidade e segurança tais como gerenciamento de acesso e identidade, gerenciamento de pontos de extremidade, proteção de informações e segurança orientada por identidade - Microsoft Office 365 Enterprise (planos E3 e E5, voltados para grandes organizações) e *add-on* Enterprise Mobility + Security (E3);

d) Plataforma para criação e gerenciamento de projetos - Microsoft Project (Plano 3);

e) Ferramentas de *Business Intelligence* avançadas, plataforma de automação e ferramenta de desenvolvimento *low code* - Microsoft Power BI Premium, Power Automate com automação de processo robótico por usuário e Power Apps;

f) Ambiente de desenvolvimento integrado - Microsoft Visual Studio Enterprise.

3.6. Pelas razões detalhadamente explanadas e justificadas no mencionado ETPC, tais como integração dos diversos serviços, arquitetura simplificada, necessária agilidade, além de eficácia, eficiência, segurança e menor impacto negativo para a instituição na transição contratual, a Superintendência de Tecnologia da Informação da ANM concluiu que manter a padronização do ecossistema de tecnologias, produtos e serviços que compõem a solução de TIC já em uso extensivo na instituição, consolidados por mais de uma década, garantirá a estabilidade, minimizará os riscos de inoperância, e dispensará os custos inerentes que haveria com eventual troca de tecnologia bem como os custos de capacitação de seus servidores e colaboradores para se adaptarem a novas ferramentas.

3.7. A escolha da manutenção de solução tecnológica em linha com a existente, baseada na subscrição de licenças Microsoft, visa garantir a continuidade da prestação dos serviços de TIC corporativos, preservando os investimentos extensamente realizados o ambiente tecnológico da ANM.

3.8. O modelo de contratação pretendido – EAS – possibilita vantagens para a Administração Pública na medida em que seus patamares de preços unitários consideram a escala natural de consumo dos órgãos governamentais e oferecem, assim, as propostas mais vantajosas dentre as diversas modalidades de comercialização adotadas pela Microsoft e seus revendedores. Disponível para o governo, o EAS permite o pagamento anual/mensal pelo uso de *software* Microsoft, o que possibilita o seu uso como um serviço. A principal diferença para o modelo convencional de aquisição do *software* é o fato de, na modalidade EAS, a disponibilização do *software* para uso ser efetivada por meio do pagamento de mensalidades/anuidades, tornando-se a opção mais vantajosa economicamente.

3.9. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2023	
ID	Objetivo(s) Estratégico(s)
1	Garantir a atualização tecnológica contribuindo para gestão eficiente

Tabela 2

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2022		
ID	Necessidade tecnológica	Objetivos Estratégicos PDTIC impactados
A7	Licenciamento de produtos do fabricante Microsoft	OE-PDTIC-02 - SERVIÇOS DIGITAIS OE-PDTIC-05 - INTEGRAÇÃO OE-PDTIC-06 - COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO OE-PDTIC-07 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO OE-PDTIC-09 - ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Tabela 3

ALINHAMENTO AO PAC 2022	
ID no PGC	Descrição
39	27502 - CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços e de subscrições de licenças de software, banco de dados e sistema operacional Microsoft, com garantia de atualização de versão

Tabela 4

ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL 2020-2022
Objetivo 1 - Oferta de serviços públicos digitais
Objetivo 5 - Plataformas e ferramentas compartilhadas
Objetivo 6 - Serviços públicos integrados
Objetivo 8 - Serviços públicos do futuro e tecnologias emergentes
Objetivo 10 - Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Governo federal
Objetivo 11 - Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica
Objetivo 16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação

Tabela 5

3.10. **Estimativa da demanda**

3.10.1. A Superintendência de Tecnologia da Informação e Inovação da ANM (STI) realizou estudo em seu ambiente para avaliar as necessidades presentes e futuras da ANM. Após tal levantamento, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), por meio do ETPC, qualificou e quantificou os produtos do fabricante Microsoft em função do dimensionamento das necessidades da Agência, elaborando tabela que segue abaixo.

3.10.2. A tabela é subdividida em 2 (dois) grupos/lotos em razão das diferentes características e também da peculiaridade do volume de licenças e dimensionamento dos preços das suítes de escritório em relação aos demais produtos, além de se buscar melhor gerenciamento do contrato, conforme detalhado no item 3.16 "Parcelamento da Solução de TIC".

Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Quant. Meses
1	O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10842	MS.3.0-A0874	Office 365 E3	1300	36
2	O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SY9-00004	MS.3.0-A1722	Office 365 E5	30	36
3	EntMobandSecE3Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10732	MS.3.0-A0853	Add-on Enterprise Mobility + Security E3	1330	36
<b>GRUPO 2 - Sistemas Operacionais de Servidores, Portfólios e Projetos, Plataformas de Dados e Inteligência de Negócio</b>						
Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Quant. Meses
4	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GA-00006	MS.3.0-A0637	CIS Standard Core (Windows Server + System Center)	284	36
5	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GS-00495	MS.3.0-A0755	CIS Datacenter Core (Windows Server + System Center)	236	36
6	Project Plan3 Shared All Lng Subs VL MVL Per User	7LS-00002	MS.3.0-A0478	Microsoft Project Plano 3	10	36
7	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	MX3-00115	MS.3.0-A1473	Visual Studio Enterprise MSDN	3	36
8	VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	N9U-00002	MS.3.0-A1497	Visio Plan 2	5	36
9	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7JQ-00341	MS.3.0-A0459	SQL Server Enterprise Core	20	36
10	Power BI Premium USL SubVL Per User	68B-00008	MS.3.0-A0284	Power BI Premium	15	36
11	PwrAtmtperusrRPAPIn ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	104-00001	MS.3.0-A0069	Power Automate com automação de processo robótico por usuário	5	36
12	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SEJ-00002	MS.3.0-A1702	Power Apps	2	36

**Tabela 6**

### 3.11. Parcelamento da Solução de TIC

3.11.1. A Administração Pública não pode restringir em demasia o objeto do contrato sob pena de frustrar a competitividade. Por outro, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público e não atendem à necessidade da Administração.

3.11.2. Cumpre ponderar que, ao decidir pelo procedimento do julgamento das propostas em licitações, cujos objetos constituem-se bens divisíveis, que podem ser apartados em itens, bem como diversos itens podem ser agrupados num único grupo, a Administração lançando-se do poder discricionário que tem, definiu que para o certame objetivado houvesse um vencedor para cada grupo, contendo os itens agrupados, não descurando do interesse público, que demanda ser otimizado.

3.11.3. A rigor, o agrupamento de itens em um mesmo grupo não compromete a competitividade do certame, desde que várias empresas, que atuam no mercado, apresentem condições e aptidão para cotar todos os itens, principalmente levando-se em consideração a modalidade adotada, em que os recursos de tecnologia da informação têm como principal vantagem, aproximar pessoas, encurtar distâncias, resultando em considerável ampliação da competitividade, gerando, consequentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade de a Administração Pública firmar contrato mais vantajoso, haja vista que ela recebe mais propostas, beneficiando a eficiência em contratos administrativos.

3.11.4. Assim posto, o agrupamento de itens por grupo levou em consideração questões técnicas relativas a cada produto ou serviço, bem como o ganho de economia em escala, sem prejuízo à ampla competitividade, uma vez que existem no mercado várias empresas com capacidade de fornecer os produtos e serviços constantes neste Termo de Referência.

3.11.5. Assim, para o Grupo 1, justifica-se o agrupamento dos itens 1 a 3 da contratação em razão das características de serem produtos relacionados a suíte de ferramentas de escritório. Já para o Grupo 2, itens de 4 a 12, são ferramentas voltadas para instalação em servidores de rede de alta disponibilidade e para inteligência de negócios.

3.11.6. O agrupamento separado desses itens não compromete a competitividade do certame, uma vez que várias empresas que atuam no mercado, representantes da fabricante dos produtos de *software* relacionados, como os listados em <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>, apresentam condições para esses itens.

### 3.11.7. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.11.8. Continuidade na integração de serviços como ferramentas de escritório, ferramenta de colaboração e comunicação para usuários e grupos de trabalho, tornando o espaço de trabalho do usuário mais eficiente e produtivo.

3.11.9. Ambiente padronizado e mais integrado para os usuários nas Gerências Regionais e na Sede, disponibilizando as mesmas ferramentas de *software* em todas as unidades do órgão e para todas as modalidades de trabalho (presenciais ou remotas), dessa forma, aumentando a produtividade e permitindo a implementação de mecanismos eficientes de gestão.

3.11.10. Elevação do nível de segurança do ambiente de trabalho da ANM, seja ele local, no âmbito físico das unidades da instituição, ou remoto. O ambiente de trabalho se manterá seguro e produtivo em praticamente qualquer lugar, em qualquer dispositivo e com inovações orientadas por inteligência e identidade.

3.11.11. Continuidade dos serviços ofertados hoje aos usuários finais da ANM com a segurança exigida tais como:

- a) Correio eletrônico;
- b) Proteção de segurança;
- c) Arquivamento de mensagens de correio eletrônico;
- d) Armazenamento e compartilhamento de arquivos em nuvem;
- e) Produção colaborativa de documentos, planilhas e apresentações;
- f) Plataforma unificada de comunicação e colaboração (Teams);
- g) Plataforma de aplicações web, com o compartilhamento e gestão de conteúdos em intranet (SharePoint);
- h) Gerenciamento de banco de dados;
- i) Ferramentas de inovação tecnológica.

3.11.12. Pode-se destacar também os seguintes benefícios obtidos com a nova contratação:

- a) Manter alta disponibilidade dos serviços digitais da ANM;
- b) Redimensionamento do quantitativo de licenças por usuário;
- c) Assegurar a sustentação dos serviços da ANM que envolvem a infraestrutura de TIC, redimensionando quanto às novas demandas do ambiente de rede e de soluções tecnológicas;
- d) Readequar e ampliar as capacidades de produtividade da ANM;
- e) Possibilitar a geração de painéis e de informações analíticas, a implementação de rotinas de automação, bem como a aplicação da inteligência de negócio no âmbito da ANM;
- f) Permitir a gestão de atividades e tarefas contempladas nos projetos e programas estratégicos.

#### **4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Requisitos de Negócio**

4.1.1. Atualmente, a ANM fornece os seguintes serviços, os quais compõem macro requisitos de negócio que estão diretamente acoplados ou suportados pelos produtos e serviços de TI providas pelos produtos Microsoft:

a) Sustentação da carteira de sistemas de *software* voltados aos usuários externos e internos, finalísticos, de missão crítica ou vitais para a administração pública e para entrega dos serviços da Agência à sociedade, tais como:

- AMB - Anuário Mineral Brasileiro,
- Arrecadação,
- CADIN - Cadastro de Inadimplentes,
- CBMA - Cadastro de Bens Minerais Apreendidos,
- CNCD - Cadastro Nacional de Comércio de Diamantes,
- COPAL - Controle da Pesquisa Paleontológica,
- DIPEM - Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral,
- Dívida Ativa,
- eCarta - Postagens Eletrônicas,
- Participa ANM,
- Protocolo Digital,
- RAL - Relatório Anual de Lavra,
- REPEM - Requerimento de Pesquisa Mineral,
- RPM - Relatório de Pesquisa Mineral,
- SAD - Sistema de Avaliação de Desempenho,
- SCA - Sistema de Controle de Acesso,
- SCGQ - Sistema de Controle de Gratificação de Qualificação,
- SCM - Sistema de Cadastro Mineiro,
- SDC - Sistema de Dados Cadastrais,
- SDM - Sistema de Dados Minerários,
- SigÁreas - Sistema de Gestão de Áreas,
- SIGBM - Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração,
- SINARC - Sistema Nacional de Arrecadação, Receita e Cobrança,
- SINOP - Sistema de Notificação de Publicação,
- SOPLE - Sistema de Oferta Pública e Leilão de Áreas,
- SSM - Sistema de Substâncias Minerais,
- SWF - Sistema de Workflow,

entre outros;

b) Desenvolvimento de novos sistemas baseados em *software*, elaboração e acompanhamento de projetos, diagramação e modelagem informacional, atendendo às demandas da sociedade e do setor mineral, bem como potencializando a eficiência, a inovação e o aperfeiçoamento dos resultados produzidos pela Agência em benefício da sociedade;

c) Tráfego eficiente e guarda segura do alto volume de dados, cruciais para a Agência e para a sociedade, que são continuamente gerados pelos usuários, pela sociedade e processados pelos sistemas, além de adoção de ferramentas de tratamento e visualização analítica desses dados (*business intelligence*), garantindo ao mesmo tempo a solidez informacional da ANM e potencializando a missão estratégica do órgão;

d) Integração digital da ANM em escala nacional, através da sustentação da rede computacional corporativa interconectada com presença em todos os estados da federação, interligando a Sede em Brasília/DF com as 25 (vinte e cinco) Gerências Regionais e mais 06 (seis) Unidades Avançadas distribuídas pelo território nacional, além de prover acesso remoto, fora da rede corporativa, via internet, aos sistemas e serviços de TIC, para cerca de 1.330 usuários ativos, seja presencialmente, em trabalho remoto ou teletrabalho, garantindo o contínuo acesso dos recursos informacionais e preservando a segurança da informação, sobre os pilares da disponibilidade, da autenticidade, da integridade e da confidencialidade das informações;

e) Pleno funcionamento do parque computacional composto por cerca de 1.330 estações de trabalho ativas, mais diversos ativos de TI interligados em rede (tais como servidores de rede, servidores de armazenamento, impressoras, scanners, *switches*, *access points*, entre outros), fornecer acessibilidade a ferramentas de apoio às atividades finalísticas (*handhelds* de posicionamento global, aeronaves não tripuladas - *drones*, equipamentos de estação total, entre outros), acessibilidade a equipamentos diversos que suportam rede IP e internet das coisas, entre outros;

f) Comunicações (acesso à Internet, mensageria, multimídia, teleconferência, videoconferência) síncronas e assíncronas entre o público interno em escala nacional e para o público externo com alcance global, produção documental e audiovisual digitais em diversos formatos amplamente reconhecidos, ambiente de colaboração e armazenamento e compartilhamento de forma transparente e amplamente disponível (nuvem).

#### 4.2. **Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Não faz parte do escopo a realização de capacitação técnica para a utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação, uma vez que já são produtos e serviços amplamente utilizados na organização, os usuários já possuindo experiência e conhecimento necessários para a sua operação.

#### 4.3. **Requisitos Legais**

4.3.1. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos);

4.3.2. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais);

4.3.3. Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo);

4.3.4. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão);

4.3.5. Decreto 7.579, de 11 de outubro de 2011 (SISP);

4.3.6. Resolução nº 53, de 13 de janeiro de 2021, da Agência Nacional de Mineração (Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC);

4.3.7. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

4.3.8. Instrução Normativa 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (Contratação de Soluções de TIC);

4.3.9. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANM – PDTIC/ANM 2020–2022;

4.3.10. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Pregão Eletrônico);

4.3.11. Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019 (Limites e Instâncias de Governança para Contratação de Bens e Serviços);

4.3.12. Instrução Normativa 73, de 5 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Pesquisa de Preços).

#### 4.4. **Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico**

4.4.1. Atualizações de versão dos objetos deste Termo de Referência deverão ser realizadas durante o período de vigência contratual, entendidas como as mais recentes disponíveis no mercado pelo fabricante, com versões corretivas ou evolutivas do *software*, lançadas durante a vigência contratual, mesmo em caso de mudança de designação do nome do *software*.

4.4.2. As atualizações deverão compreender correções de falhas no produto, independentemente de correções tornadas públicas, desde que tenham sido detectadas e formalmente comunicadas à empresa contratada, a qual deverá fornecer atualizações necessárias à correção de *bugs* ou falhas que venham a ser detectados no *software*, especialmente as que tiverem potencial de ocasionar vulnerabilidades ou comprometimento da segurança da informação na ANM, para as quais deverá ser fornecida atualização imediatamente após disponibilizada correção pelo fabricante.

#### 4.5. **Requisitos Temporais**

4.5.1. A Contratada deverá entregar as licenças de uso dos produtos e serviços de *software* por meio eletrônico pelo site do fabricante Microsoft no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, observadas o disposto nos itens 7.5 "Níveis Mínimos de Serviço Exigidos" e 7.5.1 "Disponibilização das licenças".

4.5.2. O prazo da entrega só poderá ser prorrogado por motivo de força maior ou caso fortuito aceito pela ANM, comprovado pela licitante vencedora em até 72 (setenta e duas) horas após sua ocorrência.

#### 4.5.3. **Das condições de entrega**

4.5.3.1. A Contratada deverá fornecer os acessos e meios necessários (permissões, *logins*, *links*, suporte etc.), na condição descrita em 4.5.1, para que a equipe de TIC da Agência Nacional de Mineração possa obter e gerir todas as licenças contratadas, disponibilizar aos usuários todos os serviços e realizar o *download* de todos os produtos de *software* necessários para instalações, devendo ainda a Contratada assegurar, durante a transição contratual, a preservação de todas as contas de usuários, a integridade de todos os dados e a continuidade dos serviços Microsoft atualmente em uso na Agência.

4.5.3.2. Os produtos de *software* que eventualmente forem disponibilizados em mídias físicas deverão ser entregues no endereço da Contratante, em dias úteis, durante os horários das 09h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min.

#### 4.6. **Requisitos de Segurança e privacidade**

4.6.1. A CONTRATADA deverá obedecer aos procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE, especialmente no que se refere à segurança da informação.

4.6.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, de que tomar conhecimento, em razão da execução do objeto do futuro Contrato, devendo também orientar seus empregados nesse sentido – conforme termo de compromisso (Anexo V) e termo de ciência (Anexo VI), previstos no art. 18º da IN SGD/ME nº 01 de 2019.

4.6.3. A empresa contratada comprometer-se-á a manter a confidencialidade das informações, dados, configurações processos, fórmulas, rotinas e quaisquer outros objetos que venham a ser disponibilizados pelo órgão contratante à empresa a ser contratada, para a realização dos trabalhos, comprometendo-se a não copiar ou usar em seu próprio benefício, nem a revelar ou mostrar a terceiros ou publicar tais informações, em território nacional ou no exterior. Somente representantes e prepostos devidamente autorizados entre as partes, cuja avaliação das informações confidenciais seja necessária e apropriada, para os propósitos especificados em contrato, terão acesso a sistemas e aplicativos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicações da ANM.

4.6.4. Promover o afastamento, em relação ao objeto da contratação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos e/ou humanos que não corresponda aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE.

#### 4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.7.2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, quando aplicável ao objeto desta contratação.

4.7.3. A empresa contratada deve observar, no que couber, a Lei nº 12.187/09 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), a Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), especialmente seu art. 7º, inc. XI, o Decreto nº 7.404/10 (arts. 5 a 7), a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/10 (Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), a Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014 (Aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia [ENCE] nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit).

4.7.4. Para a execução dos serviços, objeto deste Termo, a Contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

#### 4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8.1. Por se tratar de contratação de subscrição de licença de *software*, necessita-se, apenas, da disponibilização das licenças pela Contratada por meio eletrônico pelo site do fabricante Microsoft, o VLSC - Volume Licensing Service Center, com opção de download ilimitado, com acesso exclusivo ao Contratante, conforme prazos e condições dispostos no presente Termo de Referência, a partir da data de assinatura do contrato.

4.8.2. Deverão estar disponíveis *online* as instalações e, durante toda a vigência contratual, as atualizações lançadas pelo fabricante. A versão deve ser a última disponível no mercado na data de entrega do produto.

#### 4.9. Requisitos de Implantação

4.9.1. Considera-se implantação qualquer alteração de aplicação ou de infraestrutura relacionados ao ambiente produtivo. Por se tratar de contratação de subscrição de licença de *software*, necessita, apenas, da disponibilização da licença pelo período a ser contratado e da instalação de atualizações eventualmente disponíveis.

4.9.2. Para aceite de recebimento provisório e posterior encaminhamento ao pagamento, deverão ser apresentados os produtos adquiridos como disponíveis na conta Microsoft da ANM, cujos dados serão informados no momento da assinatura do contrato.

#### 4.10. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.10.1. A garantia da solução especificada deve suportar todas as licenças adquiridas, executada, preferencialmente, pela fabricante, pelo período de vigência contratual, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

4.10.2. A Empresa deverá apresentar certificado de garantia correspondente ao período determinado no item anterior, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite definitivo das licenças, contendo números de licença, descrição dos produtos fornecidos, número de contrato, telefone e endereço dos responsáveis pela prestação dos serviços de manutenção e suporte técnico, condições de garantia e outras informações necessárias.

4.10.3. Durante a vigência da garantia o suporte técnico deverá ser provido de forma que possam ser mantidas todas as funcionalidades da solução contratada, incluindo novas atualizações ("*update & upgrade*"), podendo, eventualmente, ser requisitadas diretamente ao fabricante.

#### 4.11. Requisitos de Experiência Profissional

4.11.1. A empresa contratada deve ser autorizada a comercializar *software* da Microsoft, não havendo requisito de experiência profissional para os funcionários da empresa.

#### 4.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.12.1. A execução do contrato será baseada no modelo no qual a contratante será responsável pela gestão do contrato, pelo ateste dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos frente aos serviços entregues. A empresa contratada é responsável pela entrega dos produtos e pela manutenção dos serviços contratados.

4.12.2. O suporte técnico aos produtos fornecidos deverá contemplar serviços de atendimento a dúvidas técnicas. O fabricante do produto deve disponibilizar, via Internet, base de conhecimento para pesquisa de problemas e dicas de utilização para todos os componentes de *software*.

4.12.3. Os serviços de suporte técnico serão solicitados mediante abertura de chamado, em português, por qualquer meio, e disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

#### 4.13. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade de dados

4.13.1. Os termos do contrato e as informações trocadas entre a contratante e a contratada durante a execução dos serviços objeto deste Termo serão utilizados somente para alcançar os fins previstos. Dessa forma, informações obtidas, quando da execução dos serviços, deverão ser tratadas com o devido sigilo, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações e especificações técnicas, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados, mesmo após o término de vigência ou rescisão do contrato.

4.13.2. Caso haja necessidade da atuação de profissionais, estes receberão acessos privativos e individualizados sobre as tarefas que lhe serão confiadas, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência deste ilícito. Cada profissional deve estar ciente de que a estrutura tecnológica da ANM não poderá ser utilizada para fins particulares e que quaisquer ações que tramitem em sua rede poderão ser monitoradas e auditadas.

4.13.3. Serão considerados ilícitos a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens ou gravações utilizadas durante a prestação dos serviços, mesmo após o término de vigência ou rescisão do contrato. Deve-se dar ciência imediata, por escrito, sobre qualquer anormalidade verificada na prestação dos serviços.

4.13.4. Toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, deve ser entregue à ANM, bem como serão cedidos, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.

4.13.5. Deve-se cumprir integralmente a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC da ANM, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade das informações a que se tiver acesso quando da execução do objeto deste Termo.

4.13.6. O acesso físico a equipamentos da ANM deve ser restrito a equipes especificamente designadas, sendo vedado o acesso de terceiros, sem prévia autorização da contratante.

4.13.7. A disponibilidade da solução de TIC contratada deve evitar vazamento de dados e fraudes digitais e definir um processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolva a solução de TIC e possibilite rastreabilidade, de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação, assegurando a continuidade do negócio implementado pela solução, garantindo o tratamento de dados pessoais e informações classificadas, conforme legislação vigente e possibilitando auditoria de Segurança da Informação e Comunicação – SIC e a gestão e o tratamento de incidentes de forma sistematizada.

4.13.8. A contratada deve comunicar formal e imediatamente à ANM qualquer ponto de fragilidade percebido que exponha a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e do serviço.

4.13.9. Não utilizar o nome ou a logomarca da ANM em qualquer tipo de divulgação de sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto; nem se pronunciar a imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da ANM que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto.

## **5. RESPONSABILIDADES**

### **5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo.

5.1.2. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis mínimos de serviço especificados.

5.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas.

5.1.4. Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

5.1.5. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados.

5.1.6. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.

5.1.7. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativos e Requisitantes do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

5.1.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.1.9. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato designado para tanto.

5.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.1.11. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita e as especificações deste TR, conforme inspeções realizadas.

5.1.12. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.1.13. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, de acordo com as condições contratuais, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, e, no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato.

5.1.13.1. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá o prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de aceitação da glosa.

5.1.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017.

5.1.15. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.1.15.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.1.15.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

5.1.15.3. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.1.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.



5.1.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

5.1.18. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, nas hipóteses em que a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.19. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.

5.1.20. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

5.1.21. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

5.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

5.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

5.2.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecedem a data da entrega, os motivos e justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.2.6. Executar o objeto da contratação em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). A CONTRATADA deverá disponibilizar, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente em sítio eletrônico, as informações referentes ao encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados em relação ao objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018.

5.2.7. Executar o objeto contratual conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

5.2.8. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade adequadas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

5.2.9. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para a realização de Homologação do Bem para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

5.2.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para os serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.2.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

5.2.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.2.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE ao preposto designado para acompanhamento do contrato.

5.2.14. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e à agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.

5.2.14.1. Na hipótese de afastamento do preposto, temporária ou definitivamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.

5.2.15. Ter conhecimento do Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas aos contratos a serem firmados.

5.2.16. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos bens fornecidos, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE.

5.2.17. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

5.2.18. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação oriunda deste Termo de Referência.

5.2.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

5.2.20. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato.

5.2.20.1. Caso o problema de funcionamento do bem e/ou serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.2.21. Prestar assistência técnica aos produtos fornecidos, da seguinte forma:

5.2.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos produtos e prestação dos serviços de suporte e garantia, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, resguardado o devido processo legal, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.2.23. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

- 5.2.24. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo o Gestor do Contrato terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 5.2.25. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 5.2.26. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação.
- 5.2.27. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 5.2.28. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quais sejam, alterações quantitativas do contrato de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- 5.2.29. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 5.2.30. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.
- 5.2.31. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 5.2.32. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Rotinas de Execução**

6.1.1. Eventual entrega de produto ou mesmo eventual prestação de serviços de assistência técnica “on-site” deverão ser realizados nas dependências da Superintendência de Tecnologia da Informação e Inovação da ANM, localizada no Edifício Sede da Autarquia em Brasília-DF.

6.1.2. Atendimento de chamados, sempre que necessário, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, a começar, no máximo, dentro de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.

6.1.3. Eventual instalação e ativação de licenças serão realizadas em horário comercial e não-comercial e serão acompanhadas por técnicos da Autarquia.

#### **6.1.4. Reunião inicial**

6.1.4.1. A ANM convocará a contratada, imediatamente após a assinatura do contrato, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas – ora denominada reunião inicial – com o objetivo de:

6.1.4.2. Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o contratante e o preposto da contratada;

6.1.4.3. Definir as providências de implantação dos serviços;

6.1.4.4. Alinhar entendimento quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato;

6.1.4.5. Apresentação, por parte da contratada, do seu preposto.

#### **6.1.5. Forma de pagamento**

6.1.5.1. O pagamento referente aos itens deste Termo de Referência será realizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma no valor de um terço do valor total, distribuídas da seguinte forma:

I - A primeira parcela, a ser paga após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e ateste da nota fiscal/fatura relativa à entrega das licenças de *software*, à disponibilização dos serviços e das atualizações para o primeiro ano de vigência do Contrato.

II - A segunda parcela, a ser paga após 12 meses da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato e após o ateste da nota fiscal/fatura relativa à continuidade das licenças de *software*, à disponibilização dos serviços e manutenção das atualizações para o segundo ano de vigência do Contrato.

III - A terceira parcela, a ser paga após 24 meses da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato e após o ateste da nota fiscal/fatura relativa à continuidade das licenças de *software*, à disponibilização dos serviços e manutenção das atualizações para o terceiro ano de vigência do Contrato.

6.1.5.2. A execução do pagamento será efetuada em até 10 (dez) dias úteis da aceitação pelo Gestor do Contrato da nota fiscal/fatura.

6.1.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento das faturas controversas ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

#### **6.1.6. Mecanismos formais de comunicação**

6.1.6.1. Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens: documento a partir do qual se dá a demanda por um serviço ou bem, no qual deve constar numeração, data de emissão; especificação do serviço ou bem; quantidade e sua métrica ou unidade; emissor.

6.1.6.2. Abertura de Chamado: comunicação formal de ocorrência, visando à correção de problemas detectados.

6.1.6.3. Ata de Reunião: apresentação, contextualização, definição de atividades, metas e objetivos, identificação de riscos e problemas, entre outros.

6.1.6.4. Ofício: documento de comunicação formal entre empresa e órgão, de forma a registrar, oficializar ou comunicar fatos ocorridos, atos administrativos, sanções, entre outros.

6.1.6.5. Os mecanismos de comunicação podem assumir formato físico ou virtual, devendo a CONTRATADA atentar-se aos canais de comunicação com a ANM.

#### **6.1.7. Do Controle e Fiscalização do Contrato**

6.1.7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 6.2. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.2.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes do órgão contratante, especialmente designados, na forma dos Art. 67 e 73 da Lei 8.666/1993, do Art. 11 do Decreto 9.507/2018 e do Art. 19 da IN SGD/ME nº 1/2019.

7.2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar sua degeneração, devendo intervir para requerer à empresa contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

## 7.3. Critérios de Aceitação

7.3.1. Todo o produto entregue pela contratada estará sujeito à avaliação técnica, mediante o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e, posteriormente, o Termo de Recebimento Definitivo (TRD). O TRP será emitido após a entrega dos bens ou serviços e da respectiva documentação para verificação da qualidade, atestes e faturamento, sendo verificados níveis de serviço e conformidade contratual.

7.3.2. Como requisito para emissão do TRP, após a disponibilização das licenças, a CONTRATADA deverá elaborar um relatório técnico contendo informações sobre quantitativo de licenças a serem faturadas. Após o recebimento do relatório, a fiscalização técnica emitirá o TRP em até 10 (dez) dias corridos.

7.3.3. Como requisito para emissão do TRD, a fiscalização técnica avaliará o relatório entregue pela CONTRATADA e, se for necessário, solicitará ajustes para adequação. O TRD será emitido pela Equipe de Fiscalização em até 10 (dez) dias úteis.

## 7.4. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.4.1. A equipe técnica da ANM fará a verificação da disponibilização das licenças em suas categorias e quantitativos através do portal de gerenciamento fornecido pelo fabricante do *software*, que neste caso é a Microsoft.

## 7.5. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

### 7.5.1. Disponibilização das licenças

INDICADOR DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS LICENÇAS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de entrega dos produtos e serviços do escopo deste Termo de Referência	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Periodicidade	Para cada Termo de Recebimento Definitivo	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><b>IAE = <math>\frac{\text{TEX} - \text{TEST}}{\text{TEST}}</math></b></p> <p>Onde:  IAE – Indicador de Atraso de Entrega;  TEX – Tempo de Execução – corresponde à data da assinatura do contrato, até a data de entrega dos produtos.  A data de entrega deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos e haja aceitação por parte do fiscal técnico.  TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Início de vigência	A partir da assinatura do contrato.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IAE: De 0 a 0,10 – Pagamento integral da fatura; De 0,11 a 0,30 – Glosa de 0,2% sobre o valor da fatura; De 0,31 a 0,70 – Glosa de 0,5% sobre o valor da fatura; De 0,71 a 1,00 – Glosa de 1% sobre o valor da fatura; Acima de 1 – Inexecução total do contrato com glosas e sanções cabíveis.	

**Tabela 7**

7.5.2. Os chamados técnicos serão categorizados nos seguintes níveis de severidade:

NÍVEL	DESCRIÇÃO
1	Ambiente de produção fora de operação.
2	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação

	prossegue com restrições significativas.
3	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes, mas o usuário continua a utilizar o ambiente.
4	Questões de caráter geral.

**Tabela 8**

- 7.5.3. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado à CONTRATADA no momento de sua abertura.
- 7.5.4. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado a critério único e exclusivo da ANM. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade.
- 7.5.4.1. Atendimento:
- a) Atendimento de chamados técnicos de nível de severidade 1: deve ser iniciado em até 1 (uma) hora e solucionado em até 24 (vinte e quatro) horas corridas;
  - b) Atendimento de chamados técnicos de nível de severidade 2: deve ser iniciado em até 2 (duas) horas e solucionado em até 48 (quarenta e oito) horas corridas; e
  - c) Atendimento de chamados técnicos de nível de severidade 3 e 4: deve ser iniciado em até 6 (seis) horas e solucionado em até 72 (setenta e duas) horas comerciais.
- 7.6. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**
- 7.6.1. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Termo de Referência, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.
- 7.6.2. Pela recusa em assinar o Contrato, ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, a proponente poderá ser penalizada com multa no percentual de 5% (cinco por cento) calculados sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.
- 7.6.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) cometer fraude fiscal.
- 7.6.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, conforme a Tabela 9;
  - b) Multa, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o serviço contratado, conforme a Tabela 9;
  - c) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - e) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 7.6.5. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
  - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.6.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.6.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.6.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.6.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.6.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.6.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 7.6.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.6.13. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.6.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.6.15. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, conforme a Tabela abaixo:

id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se referem os incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Aplicar-se-á glosa de 0,33% por dia de atraso sobre o valor da OS, nos casos do valor de IAE entre 0,1 a 1,50. Aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor OS, nos casos do valor de IAE acima de 1,5.
10	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 0,5% do valor total do Contrato.

**Tabela 9**

## 7.7. Do Pagamento

7.7.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O mesmo será feito em parcela única anual após ateste técnico do fornecimento das licenças no Portal VLSC (Volume Licensing Service Center) dentro do perfil da ANM nesta referida página.

7.7.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do bem, conforme previsto neste Termo de Referência.

7.7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.7.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7.6. Nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05 de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;

- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no presente Termo de Referência.

7.7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.7.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.7.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

7.7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

7.7.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados ou fornecimento de bens, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

### 8.1. Preços Máximos

8.1.1. Os preços máximos aceitáveis seguirão o preço máximo do documento "Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas – MICROSOFT" da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia quando aplicável (Preço Máximo de Compra de Item de TIC: PMC–TIC), nos termos do art. 20 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME.

8.1.2. Os preços máximos aceitáveis, com base nos parâmetros acima, são aqueles contidos nas colunas "Preço MÁXIMO anual unitário" e "Preço MÁXIMO para 36 meses" da tabela 10.

Grupo	Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD	Categoria	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Preço MÁXIMO anual unitário	Preço MÁXIMO para 36 meses
1	1	O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10842	MS.3.0-A0874	Colaboração e produtividade	Office 365 E3	1300	R\$ 1.126,08	R\$ 4.391.712,00
	2	O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SY9-00004	MS.3.0-A1722	Colaboração e produtividade	Office 365 E5	30	R\$ 1.971,72	R\$ 177.454,80
	3	EntMobandSecE3Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10732	MS.3.0-A0853	Colaboração e produtividade	Add-on Enterprise Mobility + Security E3	1330	R\$ 492,96	R\$ 1.966.910,40
Total Máximo para o Grupo 1									R\$ 6.536.077,20
Grupo	Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD	Categoria	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Preço MÁXIMO anual unitário	Preço MÁXIMO para 36 meses
2	4	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GA-00006	MS.3.0-A0637	Sist. Op. servidor	CIS Standard Core (Windows Server + System Center)	284	R\$ 391,84	R\$ 333.847,68
	5	CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GS-00495	MS.3.0-A0755	Sist. Op. servidor	CIS Datacenter Core (Windows Server + System Center)	236	R\$ 1.602,77	R\$ 1.134.761,16
	6	Project Plan3 Shared All Lng Subs VL MVL Per User	7LS-00002	MS.3.0-A0478	Portfólios e Projetos	Microsoft Project Plano 3	10	R\$ 1.436,28	R\$ 43.088,40
	7	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	MX3-00115	MS.3.0-A1473	Portfólios e Projetos	Visual Studio Enterprise MSDN	3	R\$ 12.862,50	R\$ 115.762,50
	8	VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	N9U-00002	MS.3.0-A1497	Portfólios e Projetos	Visio Plan 2	5	R\$ 718,20	R\$ 10.773,00
	9	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7JQ-00341	MS.3.0-A0459	Plataforma de Dados	SQL Server Enterprise Core	20	R\$ 24.272,88	R\$ 1.456.372,80
	10	Power BI Premium USL SubVL Per User	68B-00008	MS.3.0-A0284	Inteligência de Negócio	Power BI Premium	15	R\$ 957,24	R\$ 43.075,80
	11	PowerAutomateplan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	104-00001	MS.3.0-A0069	Inteligência de Negócio	Power Automate com automação de processo robótico por usuário	5	R\$ 2.252,28	R\$ 33.784,20
	12	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SEJ-00002	MS.3.0-A1702	Inteligência de Negócio	Power Apps	2	R\$ 2.252,28	R\$ 13.513,68
Total Máximo para o Grupo 2									R\$ 3.184.979,22
Preço Máximo Total (Grupo 01 + Grupo 02)									R\$ 9.721.056,42

Tabela 10

8.2. **O preço máximo total aceitável para o presente processo licitatório é de R\$ 9.721.056,42 (nove milhões, setecentos e vinte e um mil cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos).**

8.2.1. **O preço máximo para o Grupo 1:** R\$ 6.536.077,20 (seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil setenta e sete reais e vinte centavos);

8.2.2. **O preço máximo para o Grupo 2:** R\$ 3.184.979,22 (três milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

8.2.2.1. Ressalta-se que essa licitação contempla itens que constam no Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas. Dessa forma, o preço global de cada grupo e os preços de cada item não devem ser superiores ao respectivo PMC-TIC, nos termos do parágrafo único, do art. 27, da IN n. 01/2019/SGD.

### 8.3. **Pesquisa de Preços**

8.3.1. Consultou-se preços médios de contratações similares de outros entes públicos ou do Painel de Preços, nos termos do inc. I e II, do Art. 5º, da IN n. 73/2020, conforme detalhado no Mapa de Preços n. 581/2022/DINAC/ANM (anexo deste Termo de Referência).

8.3.2. Feito o levantamento citado no parágrafo anterior, estima-se o valor dessa contratação em R\$ 8.843.776,00 (oito milhões, oitocentos e quarenta e três mil setecentos e setenta e seis reais), observando o preço máximo aceitável descrito no item 8.2. deste Termo de Referência.

## 9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

9.1. A(s) fonte(s) de recurso(s) para a presente contratação segue(m) discriminada(s) abaixo:

9.1.1. PTRES 173492 - Programa de Trabalho 22122003220000001.

9.1.2. Natureza da Despesa: 33904006 - LOCAÇÃO DE SOFTWARES (LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA / ASSINATURA); 33904019 - COMPUTAÇÃO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS).

## 10. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.1. O período de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

10.2. Será possível a prorrogação contratual, nos termos do inciso IV do artigo 57, da Lei 8.666, de 1993, dado que se trata de serviço continuado de utilização de programas de informática, ou seja, são necessidades perenes (aquelas que não se extinguem após um ciclo definido), essenciais para suportar direta ou indiretamente as atividades negociais/finalísticas dos órgãos ou entidades partícipes da contratação, as quais são necessidades que se repetem a cada novo exercício financeiro. Cabendo observar que para a prorrogação das licenças de 36 meses deverá haver, necessariamente, a proporcionalidade do valor da licença para os 12 meses finais até se atingir o limite preconizado de 48 meses previstos no dispositivo legal indicado.

10.3. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da necessidade, da economicidade e da oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a permanência da vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

## 11. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### 11.1. **Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

11.1.1. O regime da execução dos contratos é **Empreitada por Preço Unitário**. O tipo e critério de julgamento da licitação é o **Menor Preço por Grupo** (observando o parágrafo único, do art. 27, da IN n. 01/2019/SGD) para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

11.1.2. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de **Menor Preço por Grupo** (observando o parágrafo único, do art. 27, da IN n. 01/2019/SGD).

11.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como "serviço comum" conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

### 11.2. **Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

11.2.1. Por se tratar de contratação de subscrição de licenças de *software*, dada a sua natureza indivisível, conforme demonstrado no item 12. do Estudo Técnico Preliminar, a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para as microempresas e as empresas de pequeno porte não é vantajosa para a administração pública, pois representa prejuízo ao conjunto e ao complexo do objeto a ser contratado.

11.2.2. A Lei Complementar n. 123/2006 será aplicada aos licitantes aptos a usufruírem do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar citada.

11.2.3. Considerando as justificativas de Parcelamento da Solução de TIC contidas no Estudo Técnico Preliminar, que demonstra a necessidade técnica da licitação em grupos, o direito de preferência previsto no art. 8, do Decreto n. 7.174/2010, não será aplicado, haja vista a incompatibilidade de aplicação simultânea da licitação em grupo com a aplicação do direito de preferência previsto no Decreto n. 7.174/2010.

### 11.3. **Críticos de habilitação jurídica**

11.3.1. As condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista serão comprovadas por intermédio de consulta ao Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF.

### 11.4. **Críticos de Qualificação Técnica para a Habilitação**

11.4.1. As empresas deverão comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução satisfatória do fornecimento de licenças similares às previstas na descrição de cada item em disputa em quantitativo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo previsto para o referido item.

11.4.2. Será permitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos mínimos relativos ao mesmo quesito de capacidade técnica de cada item.

11.4.3. A licitante deverá apresentar:

a) atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior devendo ser comprovado por meio do contrato;

b) atestado(s) que se refiram a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

c) declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade (Anexo VII), de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.4.4. A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s) fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

#### 11.5. Proposta de Preços

11.5.1. A empresa licitante deverá apresentar proposta com a indicação detalhada dos produtos de *software* ofertados citando suas descrições completas e *part-numbers*.

11.5.2. A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e globais, conforme tabela constante do item “Modelo de Proposta”.

11.5.3. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, além de outras despesas que venham influenciar no valor do objeto a ser fornecido.

#### 11.6. Consórcios e Subcontratação

11.6.1. Em razão de a natureza dos serviços deste Termo de Referência constituir-se de *software* fabricado por reconhecida empresa internacional cuja venda em território nacional adota modelo indireto de vendas para todos os seus produtos, sendo os atos comerciais relativos ao licenciamento de seus produtos e serviços realizados unicamente por distribuidores e revendas autorizadas, independentes e autônomas, com liberdade na definição de preços, entende-se desnecessária constituição de consórcio ou subcontratação para atender ao objeto deste Termo de Referência, uma vez que não envolve alta complexidade técnica.

### 12. DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. Os preços propostos poderão ser reajustados de acordo com o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI -, conforme determina a Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018, emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento Gestão - MPDG. Os prazos do reajuste em questão serão, necessariamente, de 12 meses após a apresentação da proposta pela LICITANTE, conforme § 1o do artigo 3º lei nº 10.191/2001.

### 13. MODELO DE PROPOSTA

13.1. A proposta comercial deverá seguir o modelo descrito a seguir, ficando sob a responsabilidade da proponente definir os seus próprios preços:

## À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2022

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ para a o fornecimento dos seguintes itens à Agência Nacional de Mineração, em conformidade com o Termo de Referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022.

GRUPO 1 - Suítes de escritório para colaboração e produtividade									
Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD	Nome Comercial	Quant.	Quant. Meses	Valor unitário mensal (R\$)	Valor unitário anual (R\$)	Valor subtotal 36M (R\$)
1	O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10842	MS.3.0-A0874	Office 365 E3	1300	36			
2	O365E5 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SY9-00004	MS.3.0-A1722	Office 365 E5	30	36			
3	EntMobandSecE3Full ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	AAA-10732	MS.3.0-A0853	Add-on Enterprise Mobility + Security E3	1330	36			
VALOR TOTAL PARA 36 MESES (R\$)									Σ dos subtotais

GRUPO 2 - Sistemas Operacionais de Servidores, Portfólios e Projetos, Plataformas de Dados e Inteligência de Negócio									
Item	Identificador	SKU	Id. Catálogo SGD	Nome Comercial	Quant. Subsc.	Quant. Meses	Valor unitário mensal (R\$)	Valor unitário anual (R\$)	Valor subtotal 36M (R\$)
4	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GA-00006	MS.3.0-A0637	CIS Standard Core (Windows Server + System Center)	284	36			
5	CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	9GS-00495	MS.3.0-A0755	CIS Datacenter Core (Windows Server + System Center)	236	36			
6	Project Plan3 Shared All Lng Subs VL MVL Per User	7LS-00002	MS.3.0-A0478	Microsoft Project Plano 3	10	36			
7	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	MX3-00115	MS.3.0-A1473	Visual Studio Enterprise MSDN	3	36			
8	VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	N9U-00002	MS.3.0-A1497	Visio Plan 2	5	36			
9	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7JQ-00341	MS.3.0-A0459	SQL Server Enterprise Core	20	36			
10	Power BI Premium USL	68B-	MS.3.0-	Power BI Premium	15	36			



	SubVL Per User	00008	A0284						
11	PwrAtmtperusrRPAPIn ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	104- 00001	MS.3.0- A0069	Power Automate com automação de processo robótico por usuário	5	36			
12	PowerAppsPlan ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	SEJ- 00002	MS.3.0- A1702	Power Apps	2	36			
<b>VALOR TOTAL PARA 36 MESES (R\$)</b>									<b>Σ dos subtotais</b>

Dados da empresa:

Razão Social:

CNPJ (MF) nº:

Inscrição Estadual nº:

Endereço:

Fone/Fax:

Cidade:

Estado:

CEP:

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal da Empresa

Observação: Emitir em papel que identifique a empresa

#### 14. DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. Os preços propostos poderão ser reajustados de acordo com o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI -, conforme determina o art. 24 da IN SGD/ME nº 01/2019

14.2. Os prazos do reajuste em questão serão, necessariamente, de 12 meses após a apresentação da proposta pela LICITANTE, conforme § 1º, do artigo 3º, da Lei nº 10.192/2001.

#### 15. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

15.1. A Equipe de Planejamento da Contratação para este processo foi instituída pela Ordem de Serviço nº 262, de 05 de maio de 2022 (doc. SEI nº [4004442](#)).

15.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

#### 15.3. Assinatura da Equipe de Planejamento da Contratação

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
<b>Marcio Leal Gomes da Silva</b> SIAPE: 1808773	<b>Rômulo Augusto Nogueira de Oliveira Passos</b> SIAPE: 1530244	<b>José Iago Pereira dos Santos</b> SIAPE: 1057180

#### 15.4. Aprovação da Superintendência de Tecnologia da Informação e Inovação - STI

**Fábio Fernando Borges**  
Superintendente de Tecnologia da Informação e Inovação  
SIAPE: 1503807

#### 15.5. Aprovação e assinatura da Autoridade Competente

15.5.1. Aprovo o Termo de referência. Autorizo a contratação do objeto especificado no presente documento.

15.5.2. Encaminha-se para o devido prosseguimento.

**Victor Hugo Froner Bicca**  
Diretor-Geral

15.6. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (SEI n. [4855896](#));

Anexo II - Mapa de Gerenciamento de Riscos (SEI n. [4572751](#));

Anexo III - Mapa de Preços (SEI n. [4573825](#));

Anexo IV - Memória de Cálculo do Mapa de Preços (SEI n. [4527328](#));

Anexo V - Termo de Compromisso (SEI n. [4668014](#));

Anexo VI - Termo de Ciência (SEI n. [4668028](#));

Anexo VII - Termo de Inexistência de Registro de Oportunidade ([4882598](#)).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Leal Gomes da Silva**, Coordenador de Infraestrutura e Suporte em Tecnologia da Informação, em 06/09/2022, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Augusto Nogueira de Oliveira Passos, Assessor Técnico da Superintendência de Tecnologia da Informação e Inovação**, em 08/09/2022, às 00:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Iago Pereira dos Santos, Servidor Público (movimentação, Portaria MPOG nº 193/2018)**, em 08/09/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Fernando Borges, Superintendente de Tecnologia da Informação e Inovação**, em 08/09/2022, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Hugo Froner Bicca, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração**, em 12/09/2022, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade](http://www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade), informando o código verificador **4886776** e o código CRC **27D3BA04**.

Referência: Processo nº 48051.002074/2022-25

SEI nº 4886776

Criado por [romulo.passos](#), versão 3 por [marcio.leal](#) em 06/09/2022 17:39:51.